



República de Angola
MINISTÉRIO DA SAÚDE
XXVII Conselho Consultivo Alargado do MINSA

de 11 a 13 de Janeiro de 2017

COMUNICADO FINAL

No cumprimento do estabelecido no Estatuto Orgânico e ao abrigo do artigo 10º do Decreto Presidencial nº 178/13 de 6 de Novembro, o Ministério da Saúde realizou, entre os dias 11 e 13 de Janeiro de 2017, o seu XXVII Conselho Consultivo que contou com a participação dos Secretários de Estado da Saúde, Directores Nacionais, Directores Provinciais, Directores de Hospitais Nacionais e Institutos Públicos, Directores Municipais de Saúde, e convidados de instituições públicas ligadas ao sector.

O Conselho Consultivo decorreu de acordo com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação e aprovação da Ordem de trabalhos e Programa
2. Análise do grau de execução das Recomendações do XXVI Conselho Consultivo
3. Reforma do Sector da Saúde
4. Plano Operacional 2017
5. Municipalização dos Serviços de Saúde
6. Preparação e resposta a Epidemias
7. Perfil e funções do Delegado Municipal de Saúde
8. Resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e da Saúde 2015-2016
9. Adopção do Comunicado Final do XXVII Conselho Consultivo do MINSA

A sessão de abertura foi presidida pelo Ministro da Saúde, Dr. Luís Gomes Sambo que orientou os trabalhos do XXVII Conselho Consultivo. Participaram na sessão de abertura, a Sra Vice Governadora de Luanda para a Política Social, Jovelina Imperial, o Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais do Ministério da Administração do Território, Dr Adão de Almeida, o Coordenador do Sistema das Nações Unidas, Dr Paolo Baladelli e o Bastonário da Ordem dos Médicos de Angola, Dr Carlos Alberto Pinto de Sousa.

Na sua intervenção de abertura, o Ministro fez referência ao êxito no combate do surto da Febre-amarela, à redução da Malária que passou para forma endémica, ao processo de ingresso de novos quadros que se encontra em curso e ao ingresso adicional de 900 médicos para os municípios.

Sobre a problemática dos medicamentos, referiu que continua a ser uma preocupação para os profissionais e para a população, pelo que se está a trabalhar para melhoria do sistema logístico de modo a torna-lo mais eficaz e eficiente.

Referiu ainda que as epidemias vividas no ano passado permitiram tirar lições, identificar fragilidades do sistema nacional de vigilância epidemiológica e produzir algumas soluções com vista a melhorá-lo.

No que toca à humanização, o MINSA tem estado a trabalhar há alguns anos nesta problemática no que concerne principalmente a atitude dos profissionais da saúde diante dos doentes. Está-se a trabalhar no sentido de introduzirmos instrumentos que permitam a regulação do exercício das profissões de saúde com a participação das ordens profissionais. Sublinhou que o trabalho está a ser feito para rever alguns dispositivos legais que respondam à esta preocupação legítima da população, que se enquadra no Lema deste Conselho Consultivo “trabalhar para melhores resultados em saúde”.

Recordou que o país enfrenta a epidemia da cólera que iniciou em Dezembro do ano passado na província do Zaire, para além da confirmação da circulação do Vírus da Zika no nosso país. Pela avaliação inicial do MINSA, foram produzidos planos de resposta cuja execução deverá envolver vários sectores responsáveis pelas determinantes da saúde, muito em particular as Administrações Municipais.

Os trabalhos decorreram em sessões plenárias, painéis seguidos de trabalhos em grupo.

O encontro permitiu a discussão, análise e recomendações sobre todos os pontos da ordem de trabalhos e constituiu uma oportunidade para a partilha de experiências sobre os temas propostos e as prioridades identificadas a nível central, provincial e local.

Os debates incidiram também sobre a planificação operacional das actividades para 2017, reflectindo as prioridades do PNDS 2013-2017 e da agenda da reforma, tendo em conta o OGE 2017 aprovado para o sector da saúde.

O Conselho debruçou-se em profundidade sobre a Reforma do sector, o Plano operacional para 2017, a transversalidade da municipalização dos serviços de saúde, a preparação e resposta às epidemias, o ponto de situação sobre a cólera e a circulação do vírus Zika no país. O perfil e funções do delegado Municipal da Saúde, assim como a análise dos resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde, mereceram igualmente a atenção dos participantes e convidados.

Após intensos debates em torno dos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos, o XXVIIº Conselho Consultivo do Ministério da Saúde chegou às seguintes conclusões e recomendações:

1. Com base na análise da execução das recomendações do XXVIº Conselho Consultivo, decidiu-se que as mesmas sejam concluídas, particularmente no que toca a melhoria da gestão e controlo da logística de medicamentos e outros produtos de saúde a nível central, provincial e local;
2. Com base no consenso obtido sobre a agenda e processo da Reforma do Sector da Saúde, recomendou-se que as Direcções Provinciais e Municipais de Saúde sejam os actores da sua implementação;
3. Foi adoptado um modelo para a planificação operacional anual a ser utilizado por todas as instituições e serviços, tendo-se recomendado a sua utilização imediata de modo a melhor articular os recursos financeiros e humanos com os objectivos definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento do sector. Recomendou-se a realização de actividades de formação para os Directores Municipais de Saúde com vista a um melhor conhecimento desta ferramenta de planificação anual e execução do OGE;

4. O Conselho Consultivo fez um balanço positivo sobre a Municipalização dos Serviços de Saúde, tendo identificado as principais dificuldades e formulou recomendações com vista a consolidação deste processo em todos municípios com destaque particular para:

- Melhoria da prestação de serviços administrativos e de cuidados de saúde mais próximos da população, através da revisão da legislação vigente, regulamentação do padrão tipo de unidades municipais, a actualização do Regulamento Geral das Unidades Sanitárias do Serviço Nacional de Saúde e a elaboração de manuais de organização e funcionamento dos postos e centros de saúde;
- No âmbito do financiamento da saúde nos Municípios recomendou-se a melhoria da gestão dos recursos financeiros a nível local, através da capacitação dos gestores municipais, e, a identificação de fontes de financiamento adicionais com vista a sua utilização mais racional no âmbito dos planos operacionais de saúde municipais;
- Intensificar as estratégias de maior proximidade dos cuidados de saúde às populações através de equipas fixas, avançadas e móveis, visando aumentar a cobertura das intervenções de saúde essenciais (vacinação, atenção pré-natal entre outras);
- Consolidar as acções dos Comités de Auditoria de Mortes Maternas e Neonatais a nível provincial, municipal e institucional, e instituir medidas legislativas e regulamentares que favoreçam a humanização no atendimento aos utentes;
- O Conselho Consultivo recomendou a realização de uma Conferência Nacional sobre a Municipalização dos Serviços de Saúde em Angola.

5. No que toca a Preparação e Resposta a Epidemias

- Que as Direcções Provinciais, Municipais de Saúde e Unidades Sanitárias centrais preparem os Planos de Contingência para Cólera e para Doença do Vírus Zika.
- Devem ser criados, a todos os níveis, stocks de contingência de modo a fazer face a eventos de saúde pública.
- Criar os Comités de Gestão de Emergências de Saúde Pública a nível provincial e municipal dotados de recursos para resposta a epidemias.
- Organizar Seminários de capacitação para profissionais de saúde na área de gestão de surtos epidémicos.
- Intensificar as acções de vigilância epidemiológica e laboratorial para busca activa de casos, permitindo deste modo, a detecção precoce de doenças com potencial epidémico.
- Respeitar rigorosamente as normas de notificação obrigatória de acordo com o previsto nos Regulamentos Sanitário Nacional e Internacional.

6. Sobre o perfil e funções do Delegado Municipal de Saúde foram aceites as contribuições de forma a garantir uma melhor gestão da rede de unidades e serviços, a promoção da saúde e vigilância epidemiológica.

7. Os Resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e da Saúde 2015-2016, foram analisados, os participantes congratulam-se com os progressos obtidos e comprometem-se a utilizá-los para reajustar os planos operacionais visando a melhoria.

Os trabalhos foram valorizados com a presença e participação dos representantes da Casa Civil do Presidente da República, do Gabinete do Vice-Presidente da República, do Ministério da Administração do Território, da Direcção dos Serviços de Saúde das Forças Armadas, Bastonário da Ordem dos Médicos, Bastonário da Ordem dos Enfermeiros e Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Angola.

A sessão de encerramento foi presidida por Sua Excelência Ministro da Saúde, na presença dos participantes e convidados.

Feito em Luanda, aos 13 de Janeiro de 2017